

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 843.757 - PR
(2016/0022542-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : NELCIMARI ROSSI
ADVOGADOS : GILSON BONATO - PR020589
RONALDO DOS SANTOS COSTA E OUTRO(S) - PR039877
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 5º, XLVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS. VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 182/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por NELCIMARI ROSSI, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 3.011):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INCABÍVEL. REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N. 231 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inviável a absolvição da ré, sob pena de revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido, providência incabível na via do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

2. Esta Corte Superior solidificou o entendimento de que, conquanto haja a reprimenda sido reduzida para o seu mínimo legal, não pode ser ela ainda mais abrandada, em razão do enunciado da Súmula n. 231 do STJ, *in verbis*: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

3. Agravo regimental não provido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 3.029/3.032).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 3.037/3.053), sustenta a recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao princípio da individualização da pena inserto no artigo 5º, XLVI, da Constituição Federal, salientando que, "em que pese o enunciado na Súmula nº 231 - publicada em 1999 -, entende a defesa que a sua existência não pode obstar a rediscussão da matéria, em especial por se tratar de matéria penal, que envolve os direitos fundamentais mais caros aos cidadãos, no tocante, especialmente, à individualização da pena, vez que é necessário analisar cada caso concreto

Superior Tribunal de Justiça

em separado, não sendo admissível que um entendimento condicione que todos os sentenciados devem manter sua pena no mínimo legal na segunda fase da dosimetria, mesmo quando a legislação expressamente prevê que 'são circunstâncias que sempre atenuam a pena'. Impedir *ad aeternum* uma reanálise da matéria, que visa a concretizar direitos fundamentais do acusado, viola frontalmente os princípios norteadores do processo penal" (fl. 3.051).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 3.060/3.064.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena, previsto no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, decorrente da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal para a fixação da pena-base e do regime de cumprimento de pena, inexistente repercussão geral que autorize a admissão da insurgência extraordinária.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário 593.818/SC, o Supremo Tribunal Federal decidiu que "Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional." (Tema 182/STF)

Confira-se, a propósito, a ementa do aludido julgado:

RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Fixação da pena-base. Fundamentação. Questão da ofensa aos princípios constitucionais da individualização da pena e da fundamentação das decisões judiciais. Inocorrência. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. Agravo de instrumento não conhecido. **Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional.** (AI 742.460 RG, Relator Min. CEZAR PELUSO, julgado em 27/8/2009, DJe-181 DIVULG 24/9/2009 PUBLIC 25/9/2009 EMENT VOL-02375-09 PP-02309 LEXSTF v. 31, n. 369, 2009, pp. 330-338)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente